

RELATÓRIO DO 37º CONGRESSO DO ANDES-SN – DELEGAÇÃO DA ADUFERPE- SEÇÃO SINDICAL DO ANDES

Crime de rico a lei cobre,
O Estado esmaga o oprimido.
Não há direitos para o pobre,
Ao rico tudo é permitido.
À opressão não mais sujeitos!
Somos iguais todos os seres.
Não mais deveres sem direitos,
Não mais direitos sem deveres!

A Internacional

Nome da delegada: Sandra Helena Dias de Melo, ADUFERPE-Seção Sindical do ANDES-SN/Dois Irmãos

Forma e data da escolha da delegada: Assembleia Geral de 30 de novembro de 2017

Tema do evento: “Em defesa da educação pública e dos direitos da classe trabalhadora. 100 anos da reforma Universitária de Córdoba”

Período de realização: 22 a 27 de janeiro de 2018

Lugar do evento: UNEB, Salvador/Bahia

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA DELEGADA NO CONGRESSO

Fundado em 1981 como Associação, em 1988, passa a ser o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – o ANDES-SN. Com muito anos de luta, o Sindicato Nacional dos Professorxs do Ensino Superior, numa conjuntura nacional de grandes ataques aos servidorxs e serviços públicos, bem como as demais categorias da classe trabalhadora, num congresso também eleitoral, recebeu, em seu Trigésimo Sétimo Congresso em Salvador/Bahia, 415 delegadxs, 122 observadorexs, representantes de 82 seções sindicais no país, com dez convidados e trinta e seis membros da diretoria nacional– de 22 a 27 de janeiro de 2018. Este foi, conforme a história do movimento docente aponta, o maior congresso na história do nosso sindicato nacional.

A delegação da ADUFERPE-Seção Sindical do Andes-SN no 37º Congresso do sindicato nacional, eleita na assembleia de novembro de 2017, contou com 10 delegadxs (4 delegadas e 1 delegado da ADUFERPE/Recife, 1 delegado da ADUFERPE/Garanhuns e 1 delegado da ADUFERPE/Serra Talhada) e 3 observadores (ADUFERPE/Recife),

unidos pela defesa da universidade, mas diversos no que tange à interpretação e concepção de algumas questões sindicais, bem como dos rumos políticos do sindicato, sobretudo no que tange à sua Central – CSP-Conlutas. Deve-se abrir parênteses para, nesta mesma linha de raciocínio, observar que este é um quadro que parece comum a uma parte das delegações, muito embora se perceba, quando o assunto da discordância gira em torno da Central Sindical, o número representativo de docentes nas Plenárias do Congresso que apoiam/defendem a CSP-Conlutas. Isso se confirmou expressivamente neste Congresso, reafirmando-se a CSP-Conlutas, com ou sem críticas, ao mesmo tempo em que a ampla maioria, expressa na fala de muitos nas plenárias, registravam a rejeição à CUT, Central defendida pelo Fórum Renova-Andes no Movimento Docente, alegando-se a desconfiança com esta grande Central, sobretudo pelo resgate da memória da criação do PROFES.

Outro registro importante a ser feito está na quantidade de delegadxs e observadorxs enviados pelas seções sindicais presentes. Delegações, como as da UFRJ (ADUFRJ) e UFF - ADUFF, contaram com mais de 20 docentes. Apesar de não ter conseguido levantar o número de docentes na delegação da ADUFPB, aqui do Nordeste, verificou-se um número expressivo desta seção. Tais seções têm mais de 30 anos de existência e têm acreditado na importância da participação de seus quadros no Congresso. Neste contexto, a ADUFERPE pode concluir que algumas delegações investem maciçamente no Congresso – não apenas nas disputas políticas que se travam no cenário, mas principalmente na formação sindical docente para a construção de lutas que não surtirão efeito, caso sejam pensadas exclusivamente pelo local da categoria. Sem dúvida, a formação política e as direções debatidas de forma acalorada, construídas e deliberadas nas plenárias do Congresso, pelo menos para participantes assíduos ao Congresso, é madeira que cupim não rói e devem ser percebidas pela seção sindical como espaço de formação, disputa política, além de ser, irretocavelmente, o espaço de decisão da centralidade da luta do sindicato e dos eixos de atuação do movimento docente em luta.

Participei do ato realizado na terça, 23 de janeiro, construído pelo Fórum das Associações Docentes, com quatro seções das estaduais baianas, em Cabula, bairro onde ocorreu o Congresso. Após encerramento dos trabalhos previstos oficialmente no calendário do Congresso do ANDES-SN, essa manifestação contou com a participação dos delegadxs e observadorxs presentes no Congresso. Apesar de uma boa quantidade de manifestantes, percebia-se a ausência de muitos. Protestou-se contra o genocídio do povo negro e contra a Reforma da Previdência. Foi realizada na Avenida que dava acesso à Uneb, e manteve as falas abertas a quem quisesse protestar. Dxs companheirxs das estaduais baianas, percebíamos grande revolta pela chacina de 12 jovens negros em fevereiro de 2015 no próprio Cabula. Houve celeridade na absolvição dos 10 policiais envolvidos, bem como declaração inconsequente do governador do Estado da Bahia, Rui Costa/PT, que justificou a morte dos jovens fazendo alusão perversa de que os policiais estavam em frente ao gol. Durante todo o Congresso, ouvíamos ainda dxs companheirxs de seções estaduais baianas muitas críticas à opressão e ao desmantelamento promovido à carreira docente. No ato, entretanto, não se ouviram apenas denúncias de docentes das estaduais baianas, outrxs presentes, como os do estado do Rio Grande do Norte – seção ADUERN, naquela ocasião em greve e sem salários, faziam denúncias graves e conclamavam a todxs à luta docente contra governos que atacam a educação pública. Pedagógica e politicamente pareceu-me um ato importante, haja vista, como professora do Ensino Superior Federal, sinto-me muitas vezes distante das lutas das estaduais, sem dúvida, são essas universidades onde mais se vê o avanço avassalador do capital sobre os rumos da

educação pública. Percebeu-se também como esses docentes têm se organizado fortemente no interior do nosso sindicato, expressando-se de forma muito profícua.

Também estive presente na quinta-feira, 23 de janeiro, à apresentação da professora Sara Granemann, professora da UFRJ e líder da pesquisa realizada com outros professores filiados ao ANDES-SN, sobre Regimes Próprios de Previdência Social e os Fundos de Pensão nos Estados. Conforme a profa. Sara e a profa. Eblin Farage, presidenta do ANDES-SN, os dados desta pesquisa contribuirão bastante com o GTSSA –Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria na luta em defesa da Previdência Social no país. Nesta palestra, não prevista no calendário oficial do Congresso, que durou aproximadamente 40 minutos, a profa. Sara demonstrou algo muito caro ao movimento docente, a capacidade de entrega e de luta dos militantes do ANDES-SN. Renomada pesquisadora da Previdência Social, a professora literalmente se colocou mais uma vez à disposição do movimento, informando-nos que já existem 500 páginas e que ela e sua equipe farão todo o esforço para que o trabalho seja concluído no primeiro semestre deste ano; embora não pudessem dar garantias do semestre, poderíamos, conforme a professora e militante, contar com o resultado ainda neste ano. Nesse congresso, para ratificar a impressão de que sabemos poucos sobre as universidades estaduais, fui informada nesta apresentação da pesquisa que a Universidade de Pernambuco – UPE - tem um regime de previdência aprovado, mas ainda sem funcionar. A profa. Sara registrou que vislumbra como possível a reversão deste e de outros casos a partir da luta do movimento docente.

Mesmo sendo a Reforma da Previdência o assunto da vez em termos de ataques aos trabalhadoras, e de estarmos vivenciando um dos piores momentos desse tipo de ataque, levando em conta a reforma aprovada em 2003, presenciou-se um esvaziamento inexplicável no teatro, infelizmente encenado por nós professorxs. Afinal, por que mesmo temos lutado esses últimos tempos? Fiquei espantada com o número de presentes no momento da apresentação, bem como imaginando se todxs sabiam de mais do assunto e da pesquisa realizada...Seguramente, não!

Como este também foi um Congresso eleitoral, uma vez que, neste ano, ocorrerão eleições do nosso sindicato, friso também que houve a candidatura de duas chapas- chapa 1: Andes- Autônomo e de Luta; chapa 2: Renova-Andes. Interessante observar a realização de reuniões das Correntes políticas do nosso Sindicato, após o encerramento das plenárias, além dos diversos manifestos ou textos distribuídos nas plenárias, oriundos de correntes, de fóruns, de grupos, discutindo a conjuntura atual brasileira e nosso sindicato, apoiando ou rejeitando a diretoria atual. É uma experiência também ímpar, como independente que sou, observarmos a movimentação de correntes, partidos, fóruns entre, talvez, outras denominações possíveis num congresso como esse. Penso ser esta uma grande oportunidade de aprendizagem sobre a pluralidade de representações do nosso Sindicato, suas disputas internas, algo impressionante e rico.

Para participação com mais qualidade nas plenárias de votação das diversas deliberações feitas no nosso Congresso, li antecipadamente o Caderno de Textos do 37º Congresso, participei do encontro de estudos sobre esse Caderno, promovido/convocado pela diretoria da ADUFERPE –no dia 11 de janeiro do corrente ano; estive presente do início ao fim de todas as plenárias, bem como participei em todos os turnos e dias previstos do grupo misto no Congresso– grupo nº 11. Quanto à participação no grupo misto ao qual eu fui locada, destaco que foi interessante observar que qualquer um de nós podia ou coordenar ou secretariar a sessão. A diretoria do ANDES-SN estava presente, variando

de um a três diretores, sem votar, apenas acompanhando, sugerindo ou rejeitando algum TR – texto de resolução. Considerei rica a discussão do grupo misto do qual participei, considerando o fato de nele termos travado bons e calorosos debates. Em alguns momentos, havia uma desorganização. Isso se deu principalmente porque alguns coordenadorxs não pareciam muito familiarizados com o papel. Nada, no entanto, que comprometesse ou que retirasse o vigor da luta de quem tinha se colocado à disposição do grupo para coordenar. Todos estamos sempre aprendendo.

Disponibilizei meu nome para participar do GT de Política Educacional – GTPE. Existem muitos Grupos de Trabalho do ANDES-SN, todos direcionados a assessorar as discussões para a construção da luta em diversos campos de batalha do movimento docente. Muitos dos textos de resolução e encaminhamentos debatidos ou deliberados no Congresso advêm de GTs locais que se retroalimentam dos GTs nacionais, de mesmo nome, sendo um capital importante para a nossa formação e atuação política.¹

Com o objetivo de apresentar algumas das polêmicas e disputas no congresso, bem como deliberações centrais tomadas em plenárias, a maior parte vinda dos diversos grupos mistos, este relatório se faz. Para tanto, caberão as impressões e avaliação política da delegada enviada, presente pela primeira vez num Congresso do ANDES-SN. Este relatório divide-se em Plenária de abertura, Plenária de Instalação; Movimento docente, conjuntura e centralidade da luta (Tema I); Políticas sociais e plano geral de lutas (Tema II), Plano de lutas dos setores (Tema III), Questões organizativas e financeiras (Tema IV) e Plenária de encerramento, conforme organização dos Cadernos do Andes-SN, material utilizado e amplamente divulgado, com antecedência. No fim, a delegada apresenta alguns encaminhamentos oriundos daquilo que experienciou no congresso para a organização da luta na ADUFERPE-Seção Sindical do ANDES-SN.

INÍCIO DE TUDO E PLENÁRIA DE ABERTURA

Dia 22 de janeiro, em torno das 9h, chegamos à Universidade Estadual da Bahia, no bairro Cabula, em Salvador. Éramos muitos e aos poucos conheceríamos não só o local, mas o ritmo do evento. Antes de chegar na Plenária de abertura, fui informada pelos monitores do Congresso (estudantes da Uneb) do local onde funcionaria a creche do evento. Ficava num andar de atendimento de fonoaudiologia, com cinco salas disponíveis para a criançada; entre elas, uma de contação de história, uma para descanso e outra para assistir televisão, todas essas aconchegantes. Fomos muito bem recebidas pelxs cuidadorxs, também estudantes na primeira ou na segunda graduação. Durante todo o evento, mostraram-se muito atenciosos com minha filha. O local era simples, mas organizado e limpo. As limitações que se apresentaram me pareceram provenientes da estrutura do prédio. Nada, no entanto, comprometeu o atendimento, tendo ficado despreocupada para participação no evento.

Já, na plenária de abertura, num teatro (Caetano Veloso) lotado, foi formada a mesa para abertura do evento, com alguns diretores do ANDES-SN, representantes da seção sindical

¹ O GTPE é um dos maiores GTs do ANDES-SN. Após o Congresso, 16 de fevereiro, houve reunião conjunta dos GTPE e GTCT – de Ciências e Tecnologias – e GTVerbas para debater a situação do financiamento da educação e da ciência no Brasil. Nos dias 17 e 18, realizaram reuniões próprias.

e universidade anfitriã, representante da CSP-Conlutas, representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, representante da Oposição de Esquerda da UNE, entre outros. Após mesa formada, a presidenta do ANDES-SN, Eblin Farage, deu boas vindas a todxs e passou a palavra aos convidados. Todos trataram da necessidade de unidade para barrar as contrarreformas e os diversos ataques à classe trabalhadora. Após todos os discursos, Eblin Farage fez seu pronunciamento lembrando dos 200 anos de nascimento de Karl Marx e dos 100 anos da Reforma de Córdoba. Todos encerramos a sessão de abertura ao som da Internacional, hino da luta dos trabalhadorxs do mundo. Trabalhadorxs do mundo inteiro, uni-vos!

PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO

Precisamos esperar quórum para o início da Plenária de Instalação – alguns dos presentes ainda não haviam pego o crachá da delegação, outros ainda não haviam assinado ata. Assim foi em algumas manhãs – sempre ocorria algum atraso no início dos trabalhos. Logo no início, ao se colocar em discussão do cronograma e proposta de pauta do Congresso, professor(e)s ligado(s) ao Fórum Renova-Andes solicitou(ram) mudança de calendário na quarta, dia 24/3, ficando o encontro dos grupos mistos para tarde e noite - argumentando que muitos docentes tinham interesse de acompanhar o julgamento de Luiz Inácio Lula da Silva (doravante Lula). A diretoria do ANDES-SN defendeu a manutenção do cronograma, afirmando que, para a organização do evento e do resultado dos grupos mistos – era necessária a manutenção do cronograma. Posto em votação, venceu a manutenção do cronograma por ampla maioria dos votos. Da mesma forma expressiva, foi aprovada também a pauta. Quanto à mudança de datas, lembro-me que, nesta ocasião, foi anunciada pela diretoria do ANDES-SN a transferência da festa de confraternização da quarta, 24/1, para a sexta-feira, 26/1. Não ficou tão claro para mim o motivo da transferência. Pareceu-me haver relação em se retirar uma festa de um dia que envolvia tensões devido ao julgamento de Lula. Tal festa haveria de ser pouco antes do fim da plenária da sexta-feira, 26, motivo de outra disputa. Por fim, foi lido pelo secretário geral do ANDES-SN o regimento do nosso sindicato.

Após isso, alguns destaques feitos, procedeu-se a votação. Em geral, os destaques foram feitos para modificação de palavras, prazos ou formas de proceder nos grupos. Houve proposta para diminuir o quórum de 30 por cento de presença de delegados nos grupos mistos, para se proceder a discussão e votação, rejeitada pela ampla maioria. Quanto aos de mudança de termos ou expressões, pareceu-me provocar discussões interessantes do ponto de vista político. Apesar de ter notado preciosismo de participantes durante o evento, pareceu-me muito acertada e politicamente correta a defesa de algumas palavras em vez de outras. Neste ponto, lembro-me da disputa entre se ficava ou não a palavra “opressões” ao lado de assédio num parágrafo do regimento que seria votado. Algum professor, desconhecido para mim, afirmava ser necessário colocar “crime”, quando se travou uma disputa rápida e rica. A palavra “opressões” manteve-se após se fazer a observação de que nem toda a forma de opressão é considerada crime, e são muitas formas as violência usadas contra as mulheres. Mais adiante, ainda sobre a questão que tratava de assédio, mais especificamente da violência do machismo, fez-se a observação de que o machismo não é um problema de caráter, é estrutural. O Congresso me pareceu dar respostas a problemas de assédio ocorridos antes, e não só no ano anterior. Havia às vezes um mal-estar, a meu ver, seja porque não é fácil o tema entre pares que estão num mesmo lado da trincheira, tendo que se observar a partir desta referência como possíveis vítimas

e pretensos agressores, seja porque o machismo, sendo estrutural, não permite, pelo menos em alguns casos, a autocrítica suficiente para entender que formas de expressão não só precisam ser mudadas, elas são ofensivas e invasivas. Em outras palavras, há machista achando que não é. Em que pese a necessidade de combate constante e duro a opressões geradas pelo machismo, a naturalidade do tratamento entre as pessoas, sobretudo entre homens e mulheres, pareceu-me um pouco comprometida. Isso, porém, é um aspecto menor diante do combate necessário contra o machismo e toda a forma de opressão no sindicalismo e movimento docente.

TEMA I - MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA

Neste tema, são defendidos e também debatidos textos enviados para a discussão sobre o Movimento Docente, Conjuntura e Centralidade da Luta, presentes nos Cadernos de texto do Congresso. Nesse momento, percebe-se como é importante, de fato, haver regras criteriosas para a inserção de textos no evento, haja vista não ser apenas um problema logístico de tempo – já são muitos os enviados com antecedência – mas também pelo fato de ser imprescindível a leitura atenta individual e a discussão nas bases.

Muitos textos com ou sem TRs (Textos de Resolução, uma espécie de tese encaminhada para apreciação) trataram, obviamente, do momento político pelo qual o país passa, dos ataques à classe trabalhadora, das famigeradas contrarreformas e da conjuntura cheia de ataques preparados por MP, PEC etc. Muitos, evidentemente, discutiam a necessidade de combate ao governo Temer e ao congresso e a qualquer forma de ataque à classe trabalhadora. Neste ponto, avalio que há unidade de olhar e de direção para o movimento docente e para o nosso sindicato, mantendo-se aquilo que alimenta um sindicato classista: não só uma visão do nosso umbigo enquanto professores universitários, mas um olhar e um direcionamento sobre como podemos nos localizar e combater os que atacam a classe trabalhadora de conjunto.. No entanto, nos textos e nas defesas feitas, não havia entendimento comum sobre alguns aspectos da conjuntura e de como viabilizar a luta dos docentes. Na disputa política, nas teses defendidas, percebia-se 1. discrepâncias semântico-políticas, como “houve golpe vs. não houve golpe” – ninguém me pareceu muito fã da palavra “impeachment”, embora apareça. Isso pode querer dizer alguma coisa; 2. caminho a ser seguido pela classe trabalhadora, como Eleições para Presidência é importante para a classe trabalhadora associada a Lula representa a classe trabalhadora vs. Eleições para a presidência não é o caminho da classe trabalhadora e Lula não representa a classe trabalhadora. Primeiro, destacaria a relevância deste debate e da riqueza política de se poder experimentar esta disputa do ponto de vista nacional, algo legítimo, feito por dentro do sindicato, um espaço democrático de disputas ideológicas quanto a concepções, táticas e estratégicas a serem adotadas pelo nosso sindicato. Em segundo lugar, percebe-se a polaridade de ideias, a força argumentativa de cada uma das posições, a sintonia da plenária, sim – como cada ideia repercute na maioria dos delegados e observadores. A plateia me pareceu muito atenta, apesar de sempre atrasada para o início dos trabalhos...Por fim, e que difícil é a aproximação do ponto final, a organização histórica e de forma de vida de nosso sindicato decidir sobre os rumos. Em que pesem falta de pulso, falhas ou “distração” acidental da mesa nos trabalhos, em alguns poucos momentos, ou algumas dispersões ou “distração” acidental de quem na plateia repete ou interpreta “equivocadamente” algo dito, em alguns outros momentos, deve-se fazer menção à concentração, disposição e disciplina na permanência por mais de 3 horas seguidas de todxs. Em alguns momentos sem refeição

adequada ou sem mesmo poder sair da plenária, direção do ANDES e delegações diversas mantêm-se concentradas na plenária, para dar conta da tarefa que todos se colocaram à disposição a fazer desde que saíram das suas assembleias com o voto de seus pares e de companheirxs de luta de suas respectivas seções sindicais. Apenas uma história construída e uma metodologia que permitem isso com a militância podem explicar tal fato.

A conclusão política retirada é que essa vivência é formativa do ponto de vista político e sindical. Não estivemos em um hotel de luxo, nem tínhamos uma infraestrutura perfeita (estávamos numa Universidade Estadual), não precisamos ter os mesmos olhares do rumo do sindicato, mas precisamos nos ouvir e deliberar sobre isso da forma mais democrática que conseguimos. Isso foi alcançado.

Neste tema ainda, foram postos para votação – 3 moções discutidas na plenária de instalação. São elas: 1. **Eleição sem Lula é fraude: em defesa da democracia e do direito de Lula a se candidatar**, do Fórum Renova-Andes; 2. **Sobre o julgamento de Lula no TRF4**, da diretoria do ANDES-SN, e 3. **Não é tarefa da classe trabalhadora defender Lula**, da corrente sindical CAEL. Após votação, venceu, por ampla maioria dos votos, a moção apresentada pela diretoria do ANDES-SN. Tal documento trata da posição contrária do ANDES à seletividade da justiça no caso de Lula, ratificando tanto sua posição na defesa de princípios democráticos populares, quanto em relação à autonomia do nosso sindicato, em não apoiar qualquer candidatura. A discussão que se seguiu no Congresso sobre essa questão foi muito rica, confirmando-me a impressão de que a grande maioria ali presente rejeitava qualquer proposta de ter um possível ou pretendo candidato sendo defendido pelo sindicato. Destaque para o fato de que a diretoria do ANDES-SN só tem direito a um voto.

Quanto ao encaminhamento político e à centralidade da nossa luta, na plenária, foi amplamente vitoriosa a decisão de que nós professorxs precisamos de unidade nas ações com outros setores para barrar as contrarreformas, que precisamos construir as lutas e a greve do funcionalismo público, sempre buscando o rumo para a construção de uma greve geral. Não queremos perder direitos conquistados pelxs docentes e, conseqüentemente, como o sindicato é classista, pelas demais categorias de trabalhadorxs. A meu ver, este direcionamento é extremamente positivo e deve ser perseguido pela ADUFERPE, assim como as demais seções sindicais do ANDES-SN.

TEMA II - POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS

Neste ponto, são discutidos vários temas: Política de Formação Sindical, Política Educacional; Política de Classe, Etnia, Gênero e Diversidade Sexual; Política de Comunicação e Arte, Política Agrária, Urbana e Ambiental. Apresento abaixo apenas algumas deliberações aprovadas:

Política de formação sindical

Lutar pela revogação da Portaria 1.129/17 do Ministério de Trabalho, ou qualquer medida nessa direção, sobre trabalho forçado e condições análogas à escravidão

Lutar contra qualquer Programa de Desligamento Voluntário (PDV) de servidores federais, estaduais e municipais, com especial atenção à reedição da MP 792 do governo Temer do ano de 2017

Lutar contra a MP 805/17, que altera a contribuição previdenciária dos funcionários públicos federais de 11% para 14%, assim como iniciativas governamentais semelhantes nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, para ativos e aposentados

Reafirmar a necessidade de greve geral, a ser construída junto às centrais sindicais e movimentos sociais, plenárias de base, deliberadas previamente pelas AGs, contra as reformas e nenhum direito a menos.

Participar do Fórum Social Mundial 2018 na Universidade Federal da Bahia (UFBA) que acontecerá de 13 a 17 de março de 2018, com atividades do GTPE, GTCT e com o lançamento da Frente Nacional em Defesa das IES públicas na cidade de Salvador /BA.

Incrementar, e lançar nos estados onde não ocorreu, e em articulação com as secretarias regionais do ANDES-SN, a Frente Nacional em Defesa das Instituições Públicas de Ensino Superior

Neste bloco apresentado, percebe-se a sintonia do Sindicato contra qualquer perda de direito entre ativos e aposentados, contra os ataques do governo Temer ou qualquer medida que rebaixe ou desqualifique o trabalho docente ou submetam qualquer trabalhador a condições escravas. Também percebe-se o direcionamento que se articula como o que fora aprovado na Centralidade da Luta - a construção da Greve Geral em unidade de ação com outros trabalhadores.

Quanto à perseguição que alguns professores-pesquisadores estão enfrentando no país, percebe-se também uma deliberação de

Que o ANDES-SN, em caráter emergencial, constitua uma comissão formada por três integrantes da coordenação do GTPFS, três do coletivo jurídico e em cada caso representantes das seções sindicais ou das secretarias regionais envolvidas na denúncia que ficará responsável pelo levantamento, acompanhamento e denúncia dos casos de assassinatos, perseguições, investigações, judicializações e criminalizações de caráter político promovidos pelos aparelhos repressivos do Estado ou por grupos reacionários organizados dentro e fora das Instituições de Ensino Superior, IFs, CEFETs, com o fim de repressão e cerceamento da liberdade de pesquisa, de ensino, de aprendizagem, de mobilização e de luta. Essa comissão deverá se articular de forma mais ampla com os coletivos de luta, partidos, movimentos sociais e sindicatos, garantindo rápida divulgação, acompanhamento e proteção, e quando necessário, deverá ser prestada assessoria jurídica aos docentes criminalizados.

Na próxima deliberação selecionada para exposição, percebe-se a face classista do ANDES-SN que, contrário à terceirização, coloca-se ao lado dos trabalhadorxs terceirizados nas universidades públicas:

Ampliar apoio à(o)s trabalhadoras(a) das terceirizadas, inclusive com cursos de formação política.

Sobre política educacional:

Denunciar todas as práticas de precariedade do trabalho docente sofridas pelos docentes na EaD de infraestrutura física, de pessoal e/ou corpo técnico-administrativo e pedagógico.

Promover ações que integrem os docentes que atuam na educação a distância ao conjunto das universidades, de modo a fortalecer a luta em defesa da garantia dos direitos trabalhistas fundamentais a esse segmento da classe trabalhadora.

Destaco que o ANDES-SN, conforme discussão acompanhada em plenária, é contrário à primeira formação em EaD. Há uma crítica muito grande à forma como se apresenta a EaD. Isso não quer dizer, por outro lado, que o nosso Sindicato esteja contra xs docentes da EaD, pelo contrário, ele está ao lado e à frente- em defesa da qualidade do serviço público e da Educação Pública. Verifiquei, nesta proposta, a presença de professorxs do EaD que discutiam as propostas encaminhadas, numa profunda sintonia com a plenária do Congresso. Essa concordância entre os pares da EaD e Ensino Presencial dirimiu algumas dúvidas que tinha com relação à participação nacional de professorxs da EaD no nosso Sindicato. Foi muito positivo observar que os xs companheirxs da EaD e xs da Educação Presencial estão juntxs na luta para a melhoria da educação pública.

Continuar produzindo, no âmbito do GTPE, material de análise sobre formação docente (ENAMEB, residência pedagógica, criação de mestrado e doutorado profissional, utilização das vagas ociosas do PROUNI e reservas de vagas da UAB, sua relação com a BNCC, entre outros), denunciando essas medidas como estratégias de desvalorização do magistério, da carreira docente, aligeiramento da formação docente e transferência de recursos públicos para o setor privado.

Elaborar material de análise sobre os projetos de leis que visem criar Fundo Patrimonial como mais uma forma de financiamento da IES, denunciando-os como parte da mercantilização e privatização dessas IES, subordinando-as ao interesse do grande capital, dando ampla divulgação a esse material e outras ações de enfrentamento a esses projetos, por meio das seções sindicais.

Como sou coordenadora da área de Letras no PIBID-UFRPE, vi com muita satisfação a discussão da residência pedagógica já sendo feita e a avaliação desta, como de outras mudanças ou propostas “inovadoras” do MEC, como aligeiramento da formação docente entre outras críticas. Como não questionar a criação da residência pedagógica diante da descontinuidade do PIBID nacionalmente? Quem não acompanha as batalhas feitas pela permanência do PIBID num caminho de qualidade de formação inicial docente desde 2015, pode não se questionar a respeito da criação da Residência Pedagógica. Mas se acompanhar, vai poder observar o último ataque ao Programa: apenas após o término do edital 2014-2018 em 28 de fevereiro, foi lançado um novo edital para o PIBID.

Além disso, percebemos também a interpretação, a meu ver, acertadíssima do nosso Sindicato quanto a intransigência na defesa da Educação Pública, Gratuita e de Qualidade, considerando que ele se coloca sempre contrário em relação a quaisquer cursos pagos ou transferência de recurso público para o ensino privado.

Produzir InformANDES especial, atualizando as informações sobre a Base Nacional Comum Curricular; Reforma do Ensino Médio; Escola sem mordada entre outros.

Participar, defendendo os princípios e posições do ANDES-SN, organizando intervenção política, via seções sindicais e secretarias regionais e em articulação com demais entidades da CONEDEP, das etapas municipais, estaduais, regionais e da Conferência

Nacional Popular de Educação (CONAPE), que acontecerá em 2018. Durante essas participações e intervenções, divulgar os materiais do ANDES-SN; distribuir nota da CONEDEP expondo o projeto de educação pública defendido por essas entidades; divulgar e convocar os presentes a participarem de todas etapas do III ENE.

Destaco a discussão sobre a participação do ANDES-SN no CONAPE como uma dos momentos mais ricos na discussão sobre políticas educacionais. Havia mais de duas posições na plenária – 1. uma assumida por nomes em destaque no GTPE nacional, contrários à participação no CONAPE, ressabiados com disputas anteriores onde, ao se estabelecer um governo de frente popular, ter havido uma exclusão do ANDES-SN do processo de construção, inclusive do que foi inaugurado como PNE; 2. outros que, mesmo com a desconfiança e com o entendimento de que, no CONAPE, haverá um número enorme de projetos diferentes do projeto de Educação Pública do ANDES-SN, acham importante disputar o CONAPE para a implantação de políticas do ANDES-SN; e um grupo, menor, 3. que não expressou descontentamento ou desconfiança com o CONAPE. A participação do ANDES-SN no CONAPE foi amplamente aprovada. No entanto, foi debatido amplamente que o ANDES dispute as ideias, sem pestanejar sobre aquilo que defende. Isso gerou inclusive a aprovação da deliberação a seguir, fruto daqueles que se opuseram a participação no CONAPE.

Produção de nota política com críticas aos objetivos da CONAPE, orientando a intervenção do(a)s filiado(a)s do ANDES-SN, reforçando as principais deliberações do II Encontro Nacional de Educação em direção à construção do projeto de educação da classe trabalhadora.

Interessante observar que a grande maioria vota pela participação do ANDES-SN no CONAPE, mas, ao mesmo tempo, também foi expressiva a votação da nota política criticando objetivos do CONAPE, vistos por muitos da plenária como possibilidade de uma discussão que ultrapassará o debate sobre os rumos da educação em prol de candidaturas ou de eleição presidencial.

Políticas e Ações para Ciência e Tecnologia (C&T)

Construção da unidade de ação com outros movimentos: pela recuperação e ampliação do orçamento do complexo público de C&T;

Contra os retrocessos em cursos, incluindo o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação;

Fortalecimento do Movimento pela Ciência e Tecnologia Pública (MCTP).

Defesa da Dedicção Exclusiva (DE) como regime de trabalho preferencial, constante no vencimento básico;

Intensificação do debate sobre o sistema de avaliação da Capes, com a realização de seminários nacionais e locais para debater a relação das Capes com a pesquisa, extensão e pós-graduação.

Outras deliberações foram previstas para ação do Sindicato nesta direção. Houve também o lançamento do CADERNOS ANDES – 1ª Edição Janeiro do corrente ano, intitulado **Neoliberalismo e Política de CT no Brasil – um balanço crítico 1 9 9 5-2 0 16.**

Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria

Intensificar a luta contra a Contrarreforma da Previdência (PEC 287/2016) mantendo-se a mobilização contra as propostas do Governo Temer, denunciando as perdas da classe trabalhadora e da categoria docente em especial; lutar pela construção de uma greve geral tendo em vista a votação da reforma da previdência.

Interpor ações judiciais cabíveis contra a propaganda enganosa paga pelo governo federal sobre o déficit da Previdência Social e dar ampla divulgação ao trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência, que a identificou como não deficitária, e também aos materiais produzidos pelas entidades, promovendo debates e ações articuladas com as seções sindicais e entidades

Reafirmar a luta histórica do sindicato pela integralidade e paridade dos docentes aposentados.

Intensificar a luta contra os fundos de previdência complementar dos SPF (FUNPRESP)

Intensificar a luta contra a privatização dos hospitais universitários (HU) públicos por meio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)

Observam-se muitas ações do nosso sindicato já em curso, devido a aprovações em Congressos do ANDES-SN anteriormente. Há um compromisso do nosso Sindicato em tratar com igualdade todos – professorxs na ativa e aposentadxs, compromisso e bandeira de luta que assegura aos aposentadxs direitos perdidos por eles num passado muito recente, na Contrarreforma da Previdência em 2003. Esta particularidade deve ser percebida, uma vez que alguns movimentos contrários à direção do ANDES-SN, como o realizado pelo Fórum Renova-Andes, omitem ou tentam apagar todo o trabalho e discussão acumulada do nosso Sindicato em luta, como se nós, professorxs do Movimento Docente, organizados pelo nosso Sindicato Nacional, nunca tivéssemos lutado contra vários ataques que sofremos, independentemente do governo que está no poder. O caso da perda da paridade entre ativxs e aposentadxs e a criação da EBSERH mostram um pouco a luta que nunca foi deixada de lado nesses últimos 15 anos, para destacar algumas.

Política Agrária, Urbana e Ambiental

Reafirmar a luta em defesa da demarcação integral dos territórios onde vivem indígenas (com o fortalecimento da FUNAI), quilombolas e povos tradicionais.

Defesa do meio ambiente contra

o uso de agrotóxicos,

a transposição das águas do Rio São Francisco,

a transposição do Rio São Francisco

a privatização das águas doces

Por grande maioria dos votos, essas deliberações foram aprovadas. Mas em vez de observar algumas abstenções por talvez desatenção ou não compreensão do debate, percebi também alguns votos contrários, sobretudo em relação à questão do agrotóxico e em relação à demarcação integral dos territórios onde vivem os indígenas. Temos todxs compreensões bem diferentes em relação a muitas coisas, mas confesso que fiquei surpresa com grupos pequenos de professorxs que, neste item,, mesmo sem haver

aparecido, de fato, posições contrárias na plenária, pareciam votar contra algo que me parecia tão caro à causa dos povos originários do Brasil e à questão mesmo de saúde da sociedade. Algumas Assembleias podem ter deliberado isso ou mesmo alguns grupos de professorxs podem ter silenciado na discussão por precaução para evitar um grande embate. O espírito da discussão pareceu perder um pouco da sua coragem diante de temas tão importantes para a sociedade brasileira e, conseqüentemente, para o movimento docente.

TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES

Neste item, percebeu-se também o interesse na construção de luta de greve para as municipais, estaduais e federais junto com outros setores do serviço público, sem perder de vista o rumo a mais uma greve geral. Deve-se também, conforme decisão dxs delegados, fortalecer a Frente Nacional em Defesa das Instituições Públicas de Ensino Superior em todos os estados. Esta frente foi inaugurada ainda em outubro de 2017, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, como forma de protesto e luta contra tudo que ocorreu e tem ocorrido na UERJ. Agora esta frente se expande.

Plano de lutas do setor das IEES/IMES – Diretoria do Andes-SN

Tornar o fundo nacional de solidariedade aos(às) docentes das IEES do Rio de Janeiro em Fundo Nacional Permanente de Solidariedade aos(às) Docente.

Restringir o acesso ao fundo a docentes sindicalizados(as) ao ANDES-SN, cujas IES estejam com salários atrasados há, no mínimo, 60 dias.

Compor, junto à respectiva regional do ANDES-SN, comissões para inscrição dos(as) docentes que queiram receber recursos do fundo, a título de empréstimo para distribuição;

Determinar que os(as) docentes que receberem recursos do Fundo devolverão a quantia recebida quando os salários forem regularizados. Essa devolução será realizada em até dez parcelas.

Definir que o Fundo será composto exclusivamente por recursos doados por seções sindicais, sindicatos ou pessoas físicas.

Plano de lutas do setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)

Intensificar as ações, em conjunto com servidores públicos estaduais e municipais e outras organizações, entidades e movimentos sociais e populares, contra diversos ataques como o Programa de Desligamento Voluntário (PDV), a Medida Provisória (MP) 805/17, pela revogação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016 e da contrarreforma Trabalhista, e contra a reforma da Previdência.

Aprovar os itens da pauta de reivindicações, que será encaminhada ao governo federal, bem como os itens que serão apresentados para integrar a pauta unificada dos servidores públicos federais (SPF), que será debatida em reunião ampliada do Fórum das Entidades Nacionais dos SPF (FONASEFE) dias 03 e 4/02/2018;

Lutar pela revogação da MP 792/17 (PDV) e contra a MP 805/17 (que eleva a contribuição previdenciária de 11% para 14%; e contra a aprovação do PLS 116/17 (que propõe o fim da estabilidade dos(as) servidores(as) públicos)

Reafirmar e atualizar a pauta de reivindicações do setor da IFES aprovada em 2017, para posteriormente protocolizá-la no MEC e no MPOG.

Dar ampla divulgação, por meio das seções sindicais, da cartilha sobre PDV, produzida pelo FONASEFE, como forma de mobilização contra a implementação nas IFES

Atualizar o levantamento, junto às seções sindicais, dos cortes orçamentários nas IFES e os efeitos negativos para o funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas, da assistência estudantil, do número de aposentadorias e de docentes com abono permanência, da previsão de concursos, da existência de impedimento ou represamento de promoção ou progressão e do pagamento de retroativos

Lutar, em conjunto com as seções sindicais, pela implementação do Decreto 9.034/17, que institui cotas para pessoas com deficiência nos institutos, universidades federais e CEFET; pelas cotas de vagas para concursos de docentes e técnicos-administrativos em educação; pela defesa dos direitos das pessoas com deficiência; contra a opressão e o capacitismo; pela adequação nos processos de seleção e acesso e pela criação dos núcleos de atendimento educacional.

Solicitar nova audiência com a ANDIFES, CONDICAP e CONIF para continuar tratando dos seguintes temas: fim dos cortes orçamentários, cobrança de taxas e mensalidades em cursos de graduação e pós-graduação, implementação de ponto eletrônico para servidor, impedimento de aposentadoria, represamento de promoções e progressões, planejamento e realização de obras.

Propor e atuar no sentido de garantir que a contratação de professores substitutos se atenha ao caráter de substituições temporárias e seus editais de seleção assegurem a valorização salarial dos docentes de acordo com sua titulação, assim como a isonomia com os efetivos, quanto às condições de trabalho e direitos.

Aprovada também proposta de cronograma de ações. Abaixo apresento algumas-

Fevereiro - reunião ampliada do FONASEFE – Fórum Nacional dos Servidores Federais.

Março- reunião do setor das IFES em Brasília.

? Dia Nacional de Lutas em defesa das IES públicas.

Abril- reunião conjunta dos setores das IFES, IEES/IMES e GT Carreira.

TEMA IV -QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

Autorizar o 63º CONAD a apresentar e deliberar sobre os custeios de mobilização e de luta para o segundo semestre de 2018.

Autorizar as seções sindicais do setor das IEES/IMES em dificuldades financeiras, que entrarem em greve no ano de 2018 a suspender a contribuição para o Fundo Único, enquanto durar o movimento paredista.

Autorizar a diretoria do ANDES-SN a disponibilizar recursos da parcela de mobilização do Fundo Único Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve para ajudar nas ações políticas e organizativas de novas seções sindicais pelo prazo de um ano, a partir de sua homologação, tempo para que consigam viabilizar a autossustentação e a regularização das receitas por meio da contribuição dos sindicalizados, mantendo-se válidas as demais resoluções pertinentes definidas pelo 58º CONAD.

Determinar que a diretoria do ANDES-SN apresente nos CONADs um balanço dos recursos arrecadados e distribuídos pelo Fundo.

Houve nesse tema discussão a respeito da proporcionalidade na composição do ANDES-SN. Por ampla maioria dos votos, rejeitou-se essa proposta. Do ponto de vista político, foi interessante observar diversas tendências opostas, como o CAEL, o Renova-ANDES e grupos ligados ao PSOL se manifestando favoráveis à proporcionalidade como se isso fosse uma garantia de maior democracia na composição da diretoria do ANDES-SN. Pareceu-me que a ampla maioria da plenária desconfia de que esse tipo de composição mais atrapalha que auxilia, além de abrir brecha para possibilidade de composições esdrúxulas na diretoria do nosso sindicato. É um debate rico, mas não pareceu convencer a grande maioria dos delegados.

Outro debate rico e este recomendado a ser feito nas seções sindicais para ser analisado no próximo Conad ficou por conta da proposta de paridade de gênero da Direção Nacional – desprendendo um esforço dos GTS Políticas de Formação Sindical (GTPFS) e de Políticas de Classe para Questões Etnorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) para que essa discussão seja amadurecida e posta novamente em foco no Conad.

PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

Na plenária de encerramento, várias moções foram apresentadas – aprovadas ou rejeitadas. O conteúdo e discussões são interessantes, mas a maioria das moções é apresentada durante o Congresso, o que não inviabiliza, mas, dependendo do conhecimento do assunto, pode dificultar o voto. Interessante registrar a defesa – a favor e a contrária – apresentadas a cada moção antes da votação. É um exercício bem rico, embora seja feito de madrugada.

Também nesta plenária, ouvimos a Carta de Salvador, carta redigida no fim de cada Congresso, cujo nome registrado identifica a cidade onde foi realizado o evento. Terminamos aproximadamente às 3h40 minutos da manhã do dia 28 de janeiro. Exausta, mas contente tanto por cumprir a tarefa a mim deliberada em assembleia, bem como por ter participado do meu primeiro Congresso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU ENCAMINHAMENTOS PARA APRECIÇÃO DA ADUFERPE

Somos, na ADUFERPE, uma das 121 seções filiadas ao ANDES-SN. Não é pouco fazer parte deste rol. Nascida em abril de 1981, temos também muitos anos de luta. Para melhor expressar e fortalecer esta seção sindical, observo como necessários os seguintes

encaminhamentos a serem apreciados seja em Assembleia seja pela diretoria ou Conselho de Representantes:

Investimento na formação sindical de docentes filiados no que tange :

À Garantia de delegação expressiva em Congresso anual do Sindicato Nacional e no Conad, de acordo com suas possibilidades, mas no entendimento de que isso é um investimento e não um gasto desnecessário.

À Formação urgente dos GTs locais para assessoria das lutas a serem encaminhadas ou travadas pela seção sindical, em consonância com os grupos de trabalho existentes nacionalmente, como se faz em outras ADs de luta neste Brasil grande.

Neste contexto, e com o funcionamento dos GTs localmente:

Ao envio de representante/s para as reuniões dos GTs nacionalmente, também de acordo com o recurso financeiro da seção, de modo que esta esteja afinada com o que está acontecendo e com a construção das lutas nacionais. Não se pode conceber a seção sindical descolada das lutas e discussões feitas no Brasil.

À ampla divulgação e, se possível, número maior de dias para discussão e estudo dos Cadernos de texto do Congresso.

A espaço maior para a discussão das deliberações aprovadas pelo Congresso do ANDES-SN, haja vista o investimento feito precisar ser melhor socializado. Talvez a possibilidade de criação de um Seminário ou mesmo uma assembleia em que seja possível maior tempo de discussão sobre as deliberações do Congresso pudessem concretizar esta necessidade.

Recife, 6 de março de 2018

Sandra Helena Dias de Melo

Delegada da ADUFERPE no 37º Congresso do ANDES-SN

